

Financiamento direto sensível às questões de gênero

para povos indígenas e
comunidades locais:

lições dos fundos territoriais



**Global
Alliance**
of Territorial
Communities





Publicado pela Aliança Global
de Comunidades Territoriais

E-mail: contact@globalalliance.me

Web: www.globalalliance.me

*Financiamento direto sensível às questões de gênero para
povos indígenas e comunidades locais: lições dos fundos
territoriais, 2026.*

01

Introdução: por que o gênero é importante no financiamento direto

06

02

Barreiras estruturais ao financiamento de mulheres de Povos Indígenas e Comunidades Locais

2.1 Sobrecarga administrativa e processual	12
2.2 Reconhecimento legal e restrições institucionais	14
2.3 Barreiras técnicas, linguísticas e educacionais	16
2.4 Falta de apoio técnico sustentável e investimento institucional	18
2.5 Dependência do trabalho não remunerado	19
2.6 Relações de poder de gênero na governança de povos indígenas e comunidades locais	20
2.7 Violência estrutural e exposição a riscos	22

03

Financiamento direto sensível às questões de gênero: lições dos fundos territoriais

a) Fundos escalonados e flexíveis com alocação explícita de gênero, linhas temáticas e critérios de seleção	28
b) Financiamento de longo prazo e básico que possibilita a liderança das mulheres	30
c) Acesso simplificado e mecanismos de alocação coletiva	32
d) Sistemas de prestação de contas baseados em práticas territoriais	34
e) Apoio técnico contínuo e governança descentralizada	35
f) Sistemas de dados e conhecimento sensíveis às questões de gênero	36
g) Governança e políticas institucionais com equilíbrio de gênero	37

04

Recomendações para doadores e fundos territoriais para aumentar o financiamento direto sensível às questões de gênero

38

01

Introdução: por que o gênero é importante no financiamento direto

O apelo para ampliar o financiamento para povos indígenas e comunidades locais (PIs e CLs) tornou-se uma constante nos principais fóruns internacionais. Impulsionado pela persistente defesa política das organizações baseadas em povos indígenas e comunidades locais — juntamente com seus aliados — **não é mais possível discutir o financiamento climático e da biodiversidade sem reconhecer a necessidade urgente de transformar sua arquitetura atual.** Essa arquitetura continua a excluir sistematicamente aqueles que estão na linha de frente das crises climática e da biodiversidade, tanto por meio de investimentos insuficientes em políticas públicas baseadas em direitos em nível nacional quanto pela alocação limitada de recursos por meio de mecanismos de financiamento direto.

Foi precisamente para desafiar esse desequilíbrio que a Aliança Global das Comunidades Territoriais (GATC, conforme a sigla em inglês) criou a Plataforma Shandia — uma rede de fundos liderados por povos indígenas e comunidades locais que trabalha para fortalecer o ecossistema de financiamento direto, ao mesmo tempo em que promove a defesa política do financiamento direto em arenas globais.

Como resultado dessa mobilização coletiva, alguns avanços começaram a surgir. O dado amplamente citado da Rainforest Foundation Norway — que, em 2021, mostrou que menos de 1% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para mitigação e adaptação climática na década anterior chegou aos povos indígenas e comunidades locais em países tropicais¹ — melhorou ligeiramente. Iniciativas como o Forest Tenure Funders Group (FTFG), que lançou um compromisso de US\$ 1,7 bilhão em 2021 e renovou seu compromisso com uma nova promessa de US\$ 1,8 bilhão em 2025, contribuíram para mudar o panorama. Novos mecanismos multilaterais também começaram a incorporar alocações mínimas para PIs e CLs, incluindo o Fundo do Quadro Global de Biodiversidade (GBFF) e o Fundo Tropical Forest Forever (TFFF), sendo que este último aloca explicitamente um mínimo de 20% para financiamento direto. Iniciativas adicionais, como a Iniciativa Heart of Conservation no âmbito do GEF-8, abriram oportunidades para que mecanismos territoriais acessem financiamento diretamente em espaços multilaterais.

No entanto, esse progresso permanece limitado. No âmbito do Compromisso FTFG, as taxas de financiamento direto entre 2021 e 2024 oscilaram entre 2% e 10%, com média inferior a 8%.

Como resultado dessa mobilização coletiva, alguns avanços começaram a surgir. O dado amplamente citado da Rainforest Foundation Norway — que, em 2021, mostrou que menos de 1% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para mitigação e adaptação climática na década anterior chegou aos povos indígenas e comunidades locais em países tropicais¹ — melhorou ligeiramente. Iniciativas como o Forest Tenure Funders Group (FTFG), que lançou um compromisso de US\$ 1,7 bilhão em 2021 e renovou seu compromisso com uma nova promessa de US\$ 1,8 bilhão em 2025, contribuíram para mudar o panorama. Novos mecanismos multilaterais também começaram a incorporar alocações mínimas para PIs e CLs, incluindo o Fundo do Quadro Global de Biodiversidade (GBFF) e o Fundo Tropical Forest Forever (TFFF), sendo que este último aloca explicitamente um mínimo de 20% para financiamento direto. Iniciativas adicionais, como a Iniciativa Heart of Conservation no âmbito do GEF-8, abriram oportunidades para que mecanismos territoriais acessem financiamento diretamente em espaços multilaterais.

Essa situação é ainda mais crítica quando se consideram grupos historicamente marginalizados dentro dos PIs e CLs, como é o caso das mulheres de PIs e CLs. Por um lado, as mulheres de PIs e CLs são fundamentais para a gestão de ecossistemas, a reprodução cultural e a continuidade da sociobiodiversidade. Elas são guardiãs de sementes, monitoras e defensoras da floresta, curandeiras e educadoras que transmitem seus conhecimentos ancestrais de geração em geração. Em todas as regiões, sua liderança sustenta tanto os meios de subsistência quanto os ecossistemas: na Amazônia,

Essa situação é ainda mais crítica quando se consideram grupos historicamente marginalizados dentro dos PIs e CLs, como é o caso das mulheres de PIs e CLs. Por um lado, as mulheres de PIs e CLs são fundamentais para a gestão de ecossistemas, a reprodução cultural e a continuidade da sociobiodiversidade. Elas são guardiãs de sementes, monitoras e defensoras da floresta, curandeiras e educadoras que transmitem seus conhecimentos ancestrais de geração em geração. Em todas as regiões, sua liderança sustenta tanto os meios de subsistência quanto os ecossistemas: na Amazônia,

NO ENTANTO, A LACUNA PERSISTE

↘ <8%

Taxa média de financiamento direto no âmbito do Compromisso FTFG (2021–2024)

↘ 1.6%

Contribuições bilaterais diretas em 2024, abaixo dos 4% registrados em 2023

↗ 34%

Financiamento filantrópico direto em 2024, acima dos 3,8% registrados em 2021

¹ Fundação Rainforest Norway, 2021. *Falling Short*.

² Os dados estão disponíveis no Relatório FTFG 2024. Consulte o Relatório Shandia 2024 para uma análise mais aprofundada.

³ <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2025-05/22637iied.pdf>

mulheres apoiadas por fundos como o **Podáali** lideram iniciativas que combinam soberania alimentar, reflorestamento e restauração de rios; na Mesoamérica, mulheres do **Fondo Territorial Mesoamericano (FTM)** gerenciam sistemas agroflorestais que vinculam a proteção da biodiversidade às economias locais; na África Central, mulheres da **REPALEAC** coordenam a restauração de manguezais e hortas medicinais; e na Indonésia, o **Fundo Nusantara** apoia cooperativas de mulheres que protegem turfeiras e sistemas hídricos.

Por outro lado, as mulheres de povos indígenas e comunidades locais enfrentam condições ainda mais precárias do que seus colegas homens. Os marcos legais e institucionais muitas vezes falham em proteger seus direitos: um estudo global constatou que **apenas 3% dos marcos legais protegem adequadamente os direitos de voto das mulheres no âmbito comunitário, 5% seus direitos de liderança e 10% seus direitos de herança**⁴. Para enfrentar essas desigualdades, é necessário realizar investimentos robustos, sólidos e sensíveis às questões de gênero no terreno.

Infelizmente, isso também não é o que ocorre.

Entre 2010 e 2013, apenas 0,7% do financiamento global para direitos humanos chegou às mulheres dos povos indígenas⁵. Um estudo da OCDE mostra que, dos US\$ 10 bilhões direcionados à justiça de gênero em 2016, apenas 8% foram alocados para o Sul Global⁶. Mesmo no âmbito do financiamento climático voltado para povos indígenas e comunidades locais, a questão de gênero continua sendo amplamente secundária: apenas 14% dos projetos referiram-se explicitamente à inclusão de

gênero, muitas vezes sem priorizar as mulheres como atorras centrais⁷. No âmbito do Compromisso FTFG, os projetos focados em povos indígenas, comunidades locais e mulheres afrodescendentes representaram apenas 14% dos investimentos. Em muitos casos, nem mesmo é possível rastrear com precisão quanto financiamento chega às mulheres de povos indígenas e comunidades locais. Os indicadores de gênero continuam fracos, aplicados de forma inconsistente e, muitas vezes, limitados aos beneficiários previstos, em vez de resultados reais⁸.

É, portanto, urgente ampliar o financiamento direto para mulheres de povos indígenas e comunidades locais. Por meio da liderança dessas mulheres, o território é percebido como um espaço de vida onde as dimensões ambiental, social, cultural e espiritual são inseparáveis. Fortalecer seu acesso ao financiamento significa reforçar os alicerces da resiliência climática, da governança territorial, da segurança alimentar e da conservação da biodiversidade. No entanto, os mecanismos de financiamento atuais raramente se alinham a essas realidades ou respondem às prioridades definidas pelas próprias mulheres de povos indígenas e comunidades locais.

Este relatório busca contribuir para colmatar essa lacuna. Apresenta, em primeiro lugar, as barreiras estruturais identificadas pelas mulheres líderes de povos indígenas e de comunidades locais no âmbito da GATC e pelos fundos territoriais da Plataforma Shandia no acesso ao financiamento direto. Em seguida, delineia princípios-chave para um financiamento territorial sensível às questões de gênero, seguidos de práticas operacionais e lições emergentes dos fundos liderados por povos indígenas e comunidades locais. Por fim,

oferece recomendações para transformar os sistemas de financiamento de forma a torná-los mais equitativos, eficazes e fundamentados nas realidades territoriais e das mulheres. Em última análise, este documento de política visa apoiar à integração de critérios sensíveis

às questões de gênero e culturalmente fundamentados no financiamento climático e da biodiversidade, reconhecendo as mulheres de povos indígenas e de comunidades locais como guardiãs essenciais das florestas, da vida e do clima.

BASE JURÍDICA FRÁGIL

3%

dos marcos legais protegem adequadamente os direitos de voto das mulheres nas comunidades

5%

protegem seus direitos de liderança

10%

protegem seus direitos de herança

FINANCIAMENTO QUE AS DEIXA DE LADO

0.7%

do financiamento global para direitos humanos chegou às mulheres dos povos indígenas (2010–2013)

8%

do financiamento para justiça de gênero em 2016 foi destinado ao Sul Global

14%

dos projetos climáticos para Povos Indígenas e Comunidades Locais sequer mencionam a inclusão de gênero

METODOLOGIA

Este documento foi elaborado com base em pesquisa realizada em cinco etapas complementares, combinando análise documental, avaliação comparativa e consulta direta a mulheres líderes de povos indígenas e comunidades locais engajadas na GATC e em fundos territoriais no âmbito da Plataforma Shandia. A abordagem integrou as dimensões técnicas e culturais do acesso ao financiamento, alinhando-se aos princípios de equidade, participação e autonomia que orientam esta nota.

Fase 1- Revisão da literatura

Fase 2 - Entrevistas semiestruturadas

Fase 3 - Análise comparativa de fundos

Fase 4 - Sistematização

Fase 5- Validação com representantes dos movimentos de mulheres e dos fundos territoriais da GATC.

⁴ <https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2017/05/Power-Potential-Summary-Findings-Recommendations-May-2017-RRI.pdf>

⁵ *International Funders for Indigenous Peoples (IFIP), International Indigenous Women's Forum (FIWI), and AWID. The Status of Funding for Indigenous Women (2014).*

⁶ Esplen, E. (2016). *Donors Thinking Big: Beyond Gender Equality Funds*, OpenDemocracy, based on OECD-DAC data.

⁷ Escala PATH 2

⁸ É o caso, por exemplo, dos dados do GEF, de acordo com <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2025-05/22637iied.pdf>

02

Enquanto a seção anterior constatou o subfinanciamento estrutural das mulheres dos povos indígenas e das comunidades locais, esta seção examina como essa exclusão se concretiza na prática, com base em entrevistas realizadas pela GATC com líderes dos movimentos de mulheres. As barreiras identificadas não são restrições isoladas, mas dimensões inter-relacionadas de um sistema financeiro que não foi projetado para alcançar as mulheres de povos indígenas e de comunidades locais e seus territórios.

Barreiras estruturais ao financiamento de mulheres de Povos Indígenas e Comunidades Locais



2.1 Sobrecarga administrativa e processual

Uma das barreiras mais imediatas e generalizadas identificadas pelas mulheres de povos indígenas e comunidades locais é a carga administrativa associada ao acesso ao financiamento.

O financiamento é amplamente alocado por meio de editais para propostas, formulários de inscrição complexos e sistemas de relatórios em várias camadas. Esses processos exigem conhecimento especializado — que vai desde a elaboração de propostas até estruturas de gestão financeira e monitoramento — que muitas vezes está desconectado das realidades vividas e das prioridades dos povos indígenas e das comunidades locais, e ainda mais das organizações lideradas por mulheres.

Como resultado, as mulheres líderes relatam que suas organizações precisam desviar tempo e energia do trabalho territorial para cumprir exigências burocráticas — o

que cria uma contradição, já que o financiamento para o clima e a biodiversidade visa justamente fortalecer essas iniciativas locais.

As entrevistadas também destacaram a necessidade de adaptar repetidamente as propostas a diretrizes pouco claras ou em constante mudança, bem como a dependência de múltiplos intermediários para lidar com os processos administrativos. Isso gera ineficiências, aumenta os custos de transação e afasta ainda mais os recursos dos territórios.

Embora esses desafios afetem muitas organizações de povos indígenas e comunidades locais, eles são particularmente graves para grupos liderados por mulheres, que muitas vezes operam com menos recursos financeiros, menos infraestrutura institucional e acesso limitado a apoio técnico.

LIÇÕES PRÁTICAS



O Fundo REPALEAC (África Central)

testou uma abordagem de “edital reverso”, identificando iniciativas diretamente nos territórios e alocando US\$ 30.000 para cada uma das nove organizações de mulheres, com base em critérios simplificados combinados com acompanhamento técnico.



O Fundo Podáali (Brasil)

criou o Prêmio de Ciência dos Povos Indígenas (2025), que recompensa iniciativas lideradas pela comunidade sem exigir propostas formais ou relatórios detalhados sobre o uso dos recursos.

2.2 Reconhecimento legal e restrições institucionais

As mulheres líderes da GATC mencionam que muitos financiadores condicionam o acesso aos fundos ao status legal, ao credenciamento e a estruturas organizacionais formais. No entanto, muitos coletivos de mulheres de povos indígenas e comunidades locais operam por meio de sistemas informais ou comunitários que não se alinham a esses requisitos. Isso cria um gargalo estrutural, com o tipo de organização consuetudinária das mulheres não podendo receber fundos diretamente

e, assim, sendo forçadas a depender de intermediários. Além disso, lacunas mais amplas no reconhecimento da governança territorial dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais restringem ainda mais a elegibilidade, reforçando a dependência de atores externos. O resultado é um paradoxo: aqueles que estão mais próximos dos territórios e são mais capazes de gerar impacto são frequentemente os que têm menos acesso direto ao financiamento.



LIÇÕES PRÁTICAS



O Fundo Territorial Mesoamericano (Mesoamérica)

assumiu o compromisso de alocar pelo menos 30% de sua carteira a mulheres e organizações de mulheres de povos indígenas e de comunidades locais e, em parceria com a Coordenação de Mulheres Líderes Territoriais da Mesoamérica (CMLT), identificou grupos liderados por mulheres para elaborar editais de interesse direcionado. O fundo também possibilitou o acesso por organizações sem pessoa jurídica, permitindo acordos de gestão financeira coletiva entre grupos.



2.3 Barreiras técnicas, linguísticas e educacionais

O fato de os sistemas de financiamento pressuporem familiaridade com linguagens técnicas e institucionais que não são universalmente acessíveis nem culturalmente adaptadas é apontado como um fator crucial de exclusão para as mulheres dos povos indígenas e das comunidades locais. Conforme destacado tanto pelas mulheres líderes da GATC quanto pelas representantes dos fundos territoriais, as línguas dos povos indígenas raramente são acomodadas nas comunicações com potenciais doadores, e os níveis de alfabetização nas comunidades variam significativamente entre as regiões, com taxas potencialmente mais baixas entre as

mulheres devido às desigualdades de gênero. O mesmo ocorre quando se trata do acesso a oportunidades de educação e capacitação, nas quais as mulheres geralmente enfrentam barreiras adicionais.

Essas condições transformam o que muitas vezes é enquadrado como uma “lacuna de capacidade” em um mecanismo de exclusão estrutural, com as organizações de mulheres não tendo as ferramentas para lidar com terminologia técnica, estruturas de elaboração de projetos, indicadores padronizados e ferramentas de relatório ou sistemas digitais e administrativos.



LIÇÕES PRÁTICAS



O Fundo Podáali (Brasil)

priorizou a educação e a formação profissional de povos indígenas em dois terços dos projetos apoiados em sua segunda chamada de propostas, incluindo iniciativas lideradas por associações de mulheres.



A IPAS (Ásia)

implementou sistemas de prestação de contas baseados na comunidade que se apoiam em estruturas de governança locais existentes, tais como assembleias coletivas, para servirem como mecanismos primários de monitoramento financeiro e prestação de contas, evitando estruturas técnicas impostas externamente e tornando-se, assim, mais acessíveis para as mulheres.

2.4 Falta de apoio técnico sustentável e investimento institucional

Intimamente ligada às barreiras acima está a ausência de investimento sustentável no fortalecimento institucional. A maioria dos mecanismos de financiamento prioriza o financiamento de curto prazo, baseado em projetos, ao mesmo tempo em que oferece apoio limitado ao desenvolvimento organizacional, às capacidades de gestão financeira e à formação de lideranças de longo prazo. Sem esse tipo de apoio, espera-se que as organizações de mulheres de povos indígenas e comunidades locais cumpram altos padrões de conformidade sem os recursos necessários para fazê-lo.

LIÇÕES PRÁTICAS



PEREMPUAN AMAN

A Perempuan AMAN (Indonésia)

garantiu financiamento básico dedicado a apoiar o fortalecimento institucional de longo prazo, possibilitando o investimento sustentável no desenvolvimento organizacional e em iniciativas de liderança feminina, como os Mapas Participativos de Gênero.

2.5 Dependência do trabalho não remunerado

As líderes da GATC mencionam que seus movimentos geralmente dependem de trabalho não remunerado ou mal remunerado. Como as líderes geralmente assumem múltiplas responsabilidades simultaneamente — relacionadas à governança territorial, proteção ambiental e cuidados comunitários — acrescentar outra camada de responsabilidades necessárias para acessar fundos, como tarefas administrativas e de captação de recursos, tende a ser opressivo. Para as líderes, isso muitas vezes resulta em sobrecarga de liderança, consolidação institucional limitada e desafios de sustentabilidade para suas organizações. Em vez de serem apoiadas como profissionais e tomadoras de decisão, espera-se frequentemente que as mulheres de PIs e CLs sustentem a ação climática por meio do trabalho voluntário.

LIÇÕES PRÁTICAS



O Fundo Indígena Rutí (Brasil)

oferece apoio direto a famílias, comunidades e organizações regionais por meio de mecanismos de alocação simplificados que não exigem a elaboração de propostas complexas ou processos administrativos extensos, reduzindo a carga de trabalho adicional não remunerada frequentemente assumida pelas mulheres de povos indígenas para acessar e gerenciar o financiamento.

2.6 Relações de poder de gênero na governança de povos indígenas e comunidades locais

Para mulheres de povos indígenas e comunidades locais, além das restrições institucionais e processuais, o acesso ao financiamento climático é profundamente moldado pelas relações de poder de gênero dentro dos territórios, organizações e sistemas de governança.

As entrevistas com mulheres líderes da GATC apontam que a tomada de decisões sobre terras, recursos naturais e alocação de financiamento continua sendo amplamente dominada por homens. Embora as mulheres contribuam ativamente para a gestão territorial, sua participação em espaços formais de tomada de decisão costuma ter influência limitada. Em muitos casos, as mulheres dependem — formal ou informalmente — da autorização masculina para acessar recursos ou assumir papéis de liderança.

Essas dinâmicas são reforçadas por normas de gênero arraigadas que atribuem às mulheres atividades de menor reconhecimento ou valor, enquanto as decisões estratégicas relativas ao uso da terra, gestão florestal e alocação de recursos permanecem concentradas entre os líderes masculinos. Como resultado, mesmo quando o financiamento chega às comunidades, a capacidade

das mulheres de influenciar sua alocação e prioridades pode ser restrita.

O controle sobre a terra e o território intensifica ainda mais essas barreiras. Em muitos contextos, os sistemas de posse da terra e de governança florestal não são moldados apenas por marcos legais externos, mas também por estruturas de poder internas que limitam a autoridade decisória das mulheres. Isso gera tensões quando as mulheres se envolvem em processos de financiamento climático que exigem dados territoriais, planejamento ou relatórios. Por exemplo, solicitações de informações sobre áreas florestais ou uso da terra — frequentemente exigidas por doadores — podem ser percebidas como desafios às relações de poder estabelecidas, gerando resistência por parte da liderança masculina.

Ao mesmo tempo, fatores estruturais mais amplos — como a falta de pleno reconhecimento dos direitos territoriais dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais nos sistemas jurídicos nacionais — agravam essas dinâmicas, reforçando as restrições externas e internas à liderança das mulheres.

LIÇÕES PRÁTICAS



A IPAS (Ásia)

estabeleceu regras de governança que exigem uma representação equilibrada de gênero em seu conselho e definiu a sensibilidade às questões de gênero como um princípio institucional fundamental que orienta suas operações.



O Fundo Indígena Rutî (Brasil)

integrou a equidade de gênero como critério de seleção em sua primeira chamada de propostas e garantiu que metade de sua equipe técnica fosse composta por mulheres de povos indígenas.



O Fundo Territorial Mesoamericano (Mesoamérica)

desenvolveu o sistema AMECLA, que inclui a coleta de dados desagregados por gênero para monitorar a participação e as dinâmicas de poder nas iniciativas financiadas.



O Fundo Indígena do Rio Negro – FIRN (Brasil)

criou uma cadeira permanente para seu departamento de mulheres de povos indígenas em seu Comitê Executivo e estabeleceu o fortalecimento da participação socioeconômica e política de mulheres e jovens como um objetivo institucional central.



O Fundo Podáali (Brasil)

garantiu altos níveis de participação das mulheres nas iniciativas financiadas, com 85% dos projetos apoiados incluindo mulheres em funções de coordenação.



2.7 Violência estrutural e exposição a riscos

O envolvimento das mulheres de povos indígenas e comunidades locais na defesa territorial e na ação climática ocorre frequentemente em contextos marcados por conflitos, desapropriação e violência estrutural. Em territórios afetados por atividades extrativas e pela expansão de infraestruturas em grande escala, a violência é vivida por comunidades inteiras. No entanto, as mulheres enfrentam riscos adicionais e diferenciados devido a formas interseccionais de discriminação de gênero, racial e econômica. Isso inclui violência e assédio de gênero, exploração econômica, intimidação política e retaliação.

Em muitos casos, as mulheres de povos indígenas e comunidades locais são incorporadas a arranjos de trabalho precários e mal remunerados ligados a essas economias, onde ficam expostas a condições de trabalho inseguras, abusos e proteções limitadas. Ao mesmo tempo, desequilíbrios de poder e medo de retaliação limitam sua capacidade de denunciar a violência ou desafiar as estruturas existentes. Esses riscos são agravados por mecanismos de proteção fracos ou inexistentes, tanto no âmbito estatal quanto institucional, deixando as mulheres líderes de povos indígenas e de comunidades locais expostas enquanto assumem responsabilidades fundamentais na defesa territorial e na ação climática.



LIÇÕES PRÁTICAS



PEREMPUAN AMAN

A Perempuan AMAN (Indonésia)

aplica ferramentas de monitoramento qualitativo para documentar as práticas territoriais diárias das mulheres de povos indígenas, incluindo o monitoramento florestal e o trabalho doméstico, como contribuições políticas e econômicas, ao mesmo tempo em que integra a prevenção da violência de gênero às estratégias para a autonomia econômica das mulheres.



INDIGENOUS PEOPLES
OF ASIA SOLIDARITY FUND

A IPAS (Ásia)

estabeleceu uma Política de Tolerância Zero à Discriminação e ao Assédio, definindo comportamentos proibidos e implementando procedimentos e sanções claras para lidar com casos de assédio e discriminação dentro de suas estruturas.

Em conjunto, essas barreiras revelam um padrão consistente: os sistemas de financiamento climático e de biodiversidade continuam a reproduzir — em vez de dismantelar — a exclusão de gênero das mulheres dos povos indígenas e das comunidades locais. Abordar isso requer não ajustes incrementais, mas uma reconfiguração estrutural de como o financiamento é projetado, governado e entregue, para que se alinhe às realidades territoriais e reconheça as mulheres como líderes e tomadoras de decisão.

Ao mesmo tempo, os fundos territoriais já estão enfrentando essas barreiras na prática. A próxima seção apresenta as melhores práticas dos fundos da Plataforma Shandia, demonstrando que práticas mais equitativas e eficazes, sensíveis às questões de gênero, já estão sendo implementadas nos territórios.



03

**Financiamento direto sensível
às questões de gênero: lições
dos fundos territoriais**





a) Fundos escalonados e flexíveis com alocação explícita de gênero, linhas temáticas e critérios de seleção:

A proximidade dos fundos territoriais com as organizações de mulheres de povos indígenas permitiu o desenvolvimento de metodologias de financiamento adaptadas às realidades territoriais e às condições sob as quais as mulheres se organizam e atuam. Essas abordagens ampliam o acesso não apenas em termos gerais, mas especificamente para organizações lideradas por mulheres que muitas vezes são excluídas pelos requisitos-padrão de financiamento.

O **FTM**, por exemplo, fortaleceu progressivamente seu compromisso com as mulheres de povos indígenas e de comunidades locais com base na experiência de campo. Inicialmente, uma cota de 10% dentro dos projetos era destinada a atividades relacionadas às mulheres. No entanto, essa abordagem se mostrou insuficiente, pois os recursos dispersos limitavam a capacidade das mulheres de consolidar a liderança e a capacidade organizacional. Em resposta, **a FTM** mudou para uma abordagem mais estrutural, comprometendo-se a investir pelo menos 30% de seu portfólio diretamente em mulheres de povos indígenas e comunidades locais e em organizações lideradas por mulheres.

Além disso, **o FTM** desenvolveu escalas de financiamento diferenciadas de acordo com a capacidade organizacional. Subsídios menores (US\$ 10.000–US\$ 15.000) são direcionados a organizações com experiência administrativa limitada — muitas das quais lideradas por mulheres — enquanto subsídios maiores (US\$ 200.000–US\$ 1 milhão) apoiam estruturas mais consolidadas. Essa abordagem em camadas permite que as organizações

de mulheres tenham acesso a financiamento sem serem excluídas por requisitos institucionais, ao mesmo tempo em que fortalecem progressivamente sua capacidade ao longo do tempo. O fundo também oferece recursos de resposta ágil para emergências relacionadas ao clima, o que é particularmente relevante para as mulheres, que muitas vezes são responsáveis pelas respostas imediatas das comunidades em situações de crise.

Da mesma forma, em parceria com a Coordenação de Mulheres Líderes Territoriais da Mesoamérica (CMLT), a FTM desenvolveu editais direcionados a organizações de mulheres de povos indígenas no setor agroecológico. Esses editais foram elaborados com base na identificação das organizações de mulheres e de suas condições específicas, incorporando critérios como tamanho organizacional, níveis de participação e estruturas coletivas. Essa abordagem permitiu o acesso por organizações que, de outra forma, seriam excluídas, proporcionando a inclusão daquelas sem status jurídico formal, que puderam acessar financiamento por meio de acordos de gestão financeira coletiva.

No Brasil, abordagens semelhantes reforçam que ampliar o acesso das mulheres requer estratégias de alocação intencionais combinadas com prioridades explícitas sensíveis às questões de gênero incorporadas na concepção do financiamento. O **Fundo Podáali** integra o gênero não apenas como uma questão transversal, mas como uma linha temática de ação definida — “Gênero, gerações e pessoas indígenas com deficiência” —, garantindo que as agendas das mulheres sejam estruturalmente

“Isso demonstra que, quando o gênero é tratado como uma linha de financiamento dedicada, em vez de um objetivo secundário, os recursos chegam efetivamente às iniciativas lideradas por mulheres e fortalecem sua liderança.”

30%

do portfólio do FTM é destinado diretamente às mulheres e às organizações lideradas por mulheres

60%

dos projetos da primeira chamada do Podáali são liderados por organizações de mulheres

85%

das iniciativas do Podáali incluem mulheres no desenho e na implementação

incorporadas às prioridades de financiamento. Isso se reflete na prática: em sua primeira chamada, 60% dos projetos selecionados foram liderados diretamente por organizações de mulheres e, no geral, 85% das iniciativas apoiadas incluem a participação de mulheres na concepção e implementação dos projetos.

Isso demonstra que, quando o gênero é tratado como uma linha de financiamento dedicada, em vez de um objetivo secundário, os recursos chegam efetivamente às iniciativas lideradas por mulheres e fortalecem sua liderança.

Uma abordagem semelhante é observada no **Fundo Indígena Rutî**, onde o apoio aos papéis econômicos de mulheres e jovens é estabelecido como uma priori-

dade central de financiamento. A equidade de gênero é explicitamente incluída como critério de seleção, aumentando a probabilidade de que projetos liderados por mulheres sejam financiados e reconhecidos.

Juntas, essas experiências mostram que ir além de compromissos gerais com a igualdade de gênero requer escolhas concretas de concepção: *alocações destinadas, linhas temáticas explícitas e critérios de seleção que priorizem ativamente as mulheres*. Esses elementos transformam o gênero de um princípio em um impulsionador operacional das decisões de financiamento, garantindo que os recursos não apenas cheguem às mulheres da povos indígenas e de comunidades locais mas contribuam para fortalecer seus papéis como líderes econômicas, políticas e territoriais.

b) Financiamento de longo prazo e básico que possibilita a liderança das mulheres

A flexibilidade nas modalidades de financiamento também inclui o fornecimento de recursos de longo prazo e básicos, essenciais para que as organizações de mulheres vão além da sobrevivência baseada em projetos e construam uma liderança sustentável.

A **Perempuan AMAN** oferece um exemplo claro dessa abordagem. Por meio de financiamento básico negociado, a organização garantiu recursos de longo prazo dedicados ao fortalecimento institucional. Esse tipo de financiamento permite que as mulheres dos povos indígenas não apenas implementem atividades, mas também consolidem suas organizações, desenvolvam estratégias políticas e participem de espaços de tomada de decisão.

Um resultado concreto desse investimento é a iniciativa “Mapas Participativos de Gênero”, por meio da qual as mulheres de povos indígenas documentam suas contri-

buições diárias para a gestão dos ecossistemas e articulam suas prioridades em diálogo com as instituições. Esse processo reforça a visibilidade das mulheres, mas também sua capacidade de influenciar o planejamento territorial e as decisões políticas.

É importante ressaltar que esse tipo de financiamento reconhece que a liderança das mulheres requer tempo, continuidade e autonomia — condições que raramente são atendidas pelo financiamento de curto prazo baseado em projetos.

No Brasil, o **Podáali** reforçou essa abordagem ao combinar a alocação de recursos com estratégias de fortalecimento institucional, incluindo processos de capacitação e apoio ao desenvolvimento organizacional. Isso contribui para a transformação dos papéis das mulheres, de participantes de projetos para líderes capazes de sustentar processos territoriais e políticos de longo prazo.



c) Acesso simplificado e mecanismos de alocação coletiva

Critérios de financiamento e processos de alocação simplificados são essenciais para reduzir as barreiras que afetam desproporcionalmente as mulheres dos povos indígenas.

A experiência do **Fundo REPALEAC** ilustra como mecanismos simplificados podem ampliar o acesso ao mesmo tempo em que reforçam abordagens coletivas. Como parte da implementação do roteiro do Fórum das Mulheres da África Central, cada uma das nove organizações de mulheres de povos indígenas e comunidades locais da rede recebeu US\$ 30.000 por meio de um processo simplificado baseado em notas conceituais e orçamentos básicos, combinado com apoio técnico. Com o apoio da Clarify, essa modalidade de financiamento foi denominada “editais reversos”, uma busca ativa por iniciativas territoriais adequadas para a alocação de recursos, em vez de um edital chamando por propostas. Em vez de competir por recursos limitados, as organizações negociaram coletivamente o acesso ao financiamento, garantindo que os recursos chegassem a múltiplos grupos em diferentes países. Essa abordagem não apenas reduziu os encargos administrativos, mas também fortaleceu a solidariedade e a organização coletiva entre as organizações de mulheres.

Tais mecanismos são particularmente relevantes para as mulheres de povos indígenas, cujas organizações frequentemente operam por meio de estruturas coletivas e podem carecer da formalização exigida pelos sistemas de financiamento padrão.

No Brasil, abordagens complementares tratam tanto do acesso quanto da carga de trabalho. O **Fundo Indígena Rutî** reduz as barreiras processuais ao simplificar os processos de seleção e incorporar a equidade de gênero como critério de pontuação, aumentando a probabilidade de que iniciativas lideradas por mulheres sejam financiadas. Ao mesmo tempo, o fundo assume a responsabilidade pela execução financeira, o que reduz significativamente a carga administrativa imposta às comunidades. Isso é particularmente relevante para as mulheres, que muitas vezes já administram múltiplas responsabilidades e, de outra forma, teriam de absorver o trabalho administrativo não remunerado associado à conformidade com os requisitos de financiamento. Sete dos 25 projetos selecionados na primeira Chamada, em 2025, são liderados por mulheres de povos indígenas.

A criação de formas inovadoras de distribuir recursos também faz parte da prática do **Podáali**. O Prêmio de Ciência dos Povos Indígenas (2025) representa uma modalidade de financiamento simplificada que recompensa iniciativas lideradas pela comunidade sem exigir propostas formais de projeto ou sistemas detalhados de prestação de contas. Ao reduzir os requisitos burocráticos, essa abordagem diminui uma das principais barreiras identificadas para as mulheres dos povos indígenas e das comunidades locais: o acesso limitado a ferramentas técnicas e tempo para a elaboração de propostas, permitindo que uma gama mais ampla de iniciativas de base seja reconhecida e apoiada.

“Essa modalidade demonstra como processos de seleção simplificados podem ampliar o acesso ao financiamento, particularmente para iniciativas lideradas por mulheres que operam por meio de estruturas informais ou comunitárias e são frequentemente excluídas dos mecanismos convencionais de financiamento.”

7 DE 25

Dos projetos selecionados na primeira chamada, em 2025, 7 são liderados por mulheres indígenas.

O prêmio recompensou iniciativas em três categorias, incluindo coletivos locais como grupos de mulheres, professoras, artesãs e monitoras territoriais, com subsídios que variam de US\$ 4.000 a US\$ 10.000. Das 68 iniciativas selecionadas, 22% foram lideradas por organizações de mulheres. Essa modalidade demonstra como processos de seleção simplificados podem ampliar o acesso ao financiamento, particularmente para iniciativas lideradas por mulheres que operam por meio de estruturas informais ou comunitárias e são frequentemente excluídas dos mecanismos convencionais de financiamento.

d) Sistemas de prestação de contas baseados em práticas territoriais

A prestação de contas é frequentemente vista como uma barreira ao acesso devido a requisitos de prestação de contas impostos externamente. No entanto, os fundos territoriais estão desenvolvendo modelos alternativos de prestação de contas que se alinham aos sistemas de governança comunitária e reduzem a carga administrativa imposta às mulheres.

O **IPAS**, por exemplo, implementou processos de prestação de contas baseados em práticas comunitárias existentes, como assembléias coletivas onde decisões financeiras e despesas são compartilhadas publicamente. Esses sistemas dependem da prestação de contas social e da transparência dentro da comunidade, em vez de formatos complexos de prestação de contas externos.

Essa abordagem é particularmente relevante para mulheres de povos indígenas e de comunidades locais, pois

reduz a necessidade de habilidades técnicas de prestação de contas que muitas vezes são inacessíveis, ao mesmo tempo em que reconhece e fortalece seus papéis dentro das estruturas de governança comunitária.

No Brasil, lógicas semelhantes se refletem em práticas de financiamento que priorizam o acompanhamento e as relações baseadas na confiança. O **Fundo Podáali**, por exemplo, combina procedimentos formais com apoio técnico e diálogo contínuo com as comunidades, reduzindo assimetrias no acesso à informação e nas capacidades de prestação de contas. Essas abordagens permitem que iniciativas lideradas por mulheres se envolvam em processos de financiamento sem a carga desproporcional de sistemas de prestação de contas altamente técnicos.

e) Apoio técnico contínuo e governança descentralizada

O apoio técnico contínuo é um fator essencial para o acesso das mulheres ao financiamento, especialmente quando combinado com estruturas de governança descentralizadas.

A **IPAS** investiu na compreensão dos contextos territoriais por meio de um estudo de base antes de suas operações, o que lhe permitiu projetar um sistema flexível e descentralizado que opera em 13 países. Seus Comitês Diretivos Comunitários garantem a representação no nível local, incluindo a participação mínima de mulheres de povos indígenas, e servem como uma ponte entre as comunidades e a coordenação central.

Essas estruturas possibilitam comunicação, aprendizagem e adaptação contínuas, ao mesmo tempo em que criam espaços para que as mulheres influenciem as prioridades de financiamento. Por exemplo, o feedback da comunidade levou à alocação de recursos específicos para o fortalecimento de capacidades nas estruturas de governança.

No Brasil, o **Fundo Podáali** investiu no apoio à educação como uma de suas principais linhas de trabalho, priorizando a educação e a formação profissional de povos indígenas em dois terços dos projetos apoiados em sua segunda chamada de propostas, incluindo iniciativas lideradas por associações de mulheres.

f) Sistemas de dados e conhecimento sensíveis às questões de gênero

A falta de dados desagregados por gênero tem historicamente obscurecido as contribuições das mulheres dos povos indígenas e das comunidades locais. Os fundos territoriais estão abordando essa lacuna por meio do desenvolvimento de sistemas de monitoramento que tornam a participação das mulheres visível e mensurável.

O sistema **AMECLA**, da **FTM**, por exemplo, coleta dados desagregados por gênero e idade, permitindo que o fundo acompanhe padrões de participação, identifique lacunas e ajuste as estratégias de financiamento de acordo com isso. Isso inclui entender se as mulheres estão acessando os fundos pela primeira vez e como sua participação evolui ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, tanto a **FTM** quanto a **Perempuan AMAN** enfatizam a importância de abordagens qua-

litativas. Enquanto os dados quantitativos fornecem indicadores importantes, as ferramentas qualitativas permitem uma compreensão mais profunda dos papéis, experiências e liderança das mulheres nos territórios.

No Brasil, evidências de fundos territoriais reforçam ainda mais a importância dessa abordagem. Dados do **Podáali** indicam altos níveis de participação das mulheres em iniciativas financiadas, enquanto a experiência da **FIRN** mostra que projetos liderados por mulheres frequentemente geram impactos multidimensionais. Isso inclui iniciativas que combinam gestão ambiental, geração de renda, saúde e práticas culturais — demonstrando que, **quando as mulheres acessam recursos, o escopo das ações relacionadas ao clima e à biodiversidade se expande.**

3%

dos países alcançados pelo modelo de governança descentralizada e inclusiva para mulheres do **IPAS**

2/3

dos projetos da segunda chamada do **Podáali** são voltados para a educação e a formação dos Povos Indígenas

g) Governança e políticas institucionais com equilíbrio de gênero

Por fim, os fundos territoriais estão promovendo estruturas de governança e políticas institucionais sensíveis às questões de gênero que abordam diretamente os desequilíbrios de poder.

A **IPAS** oferece um exemplo significativo por meio de seu modelo de governança descentralizada e de suas políticas de gênero. Seus conselhos e comitês garantem uma representação equilibrada entre homens e mulheres, enquanto sua política de gênero promove a integração das perspectivas de gênero nos processos de planejamento, gestão e recrutamento.

Além disso, a **IPAS** estabeleceu uma Política de Tolerância Zero à Discriminação e Contra o Assédio, que define comportamentos proibidos e estabelece procedimentos e sanções. Essas políticas se aplicam não apenas internamente, mas também às organizações parceiras e às relações de financiamento.

No Brasil, os fundos reforçam esses esforços ao incorporar considerações de gênero tanto nos critérios de governança quanto nos de financiamento. O **Rutî** incorpora a equidade de gênero como um critério formal de seleção, ao mesmo tempo em que mantém uma equipe com equilíbrio de gênero e liderança feminina em funções de coordenação. O **Fundo Podáali** inclui a representação de mulheres de povos indígenas em seus órgãos decisórios de mais alto nível, garantindo que as prioridades das mulheres influenciem diretamente as estratégias de financiamento.

Da mesma forma, a **FIRN** institucionaliza a participação das mulheres por meio de uma cadeira permanente para o Departamento de Mulheres dos Povos Indígenas em seu Comitê Executivo, incorporando perspectivas de gênero nas decisões de financiamento e nos processos de planejamento territorial. Esses arranjos de governança contribuem para a transformação dos papéis das mulheres, de beneficiárias a atoras com autoridade sobre a alocação de recursos.

IPAS · ÁSIA

Conselhos com equilíbrio de gênero · política de gênero transversal · padrões de tolerância zero ao assédio estendidos aos parceiros.

RUTÎ · BRASIL

Equidade de gênero como critério formal de avaliação · equipe com equilíbrio de gênero · mulheres em funções de coordenação.

PODĀALI · BRASIL

Mulheres indígenas ocupam assentos nos mais altos órgãos de tomada de decisão do fundo, influenciando diretamente sua estratégia.

FIRN · BRASIL

Mulheres indígenas ocupam assentos nos mais altos órgãos de tomada de decisão do fundo, influenciando diretamente sua estratégia.

04

Recomendações para doadores e fundos territoriais para aumentar o financiamento direto sensível às questões de gênero

As recomendações abaixo se baseiam em uma conclusão central deste relatório: embora barreiras estruturais continuem a limitar o acesso das mulheres de povos indígenas e de comunidades locais ao financiamento climático e de biodiversidade, soluções viáveis e comprovadas já estão sendo implementadas por meio de fundos territoriais. A Plataforma Shandia reúne um ecossistema incipiente, mas em rápida consolidação, de mecanismos financeiros liderados por povos indígenas e comunidades locais que demonstraram a capacidade de canalizar recursos diretamente para os territórios de maneiras mais acessíveis, culturalmente enraizadas e sensíveis à liderança das mulheres. Evidências desses fundos mostram que o financiamento direto pode alcançar iniciativas lideradas por mulheres em grande escala quando os critérios de concepção, governança e alocação estão alinhados com as realidades territoriais. Isso representa uma oportunidade concreta para transformar o financiamento climático, passando de sistemas fragmentados e repletos de intermediários para modelos que já estão operacionais, são replicáveis e capazes de gerar impacto no terreno.



4.1 Governança e tomada de decisões

Recomendações para os doadores

- Garantir poder de decisão para os povos indígenas e as comunidades locais, incluindo a representação das mulheres, dentro das estruturas de governança (não apenas em funções consultivas).
- Estabelecer mecanismos de codecisão com organizações de povos indígenas e comunidades locais na concepção, alocação e supervisão dos fundos.
- Exigir estruturas de governança com equilíbrio de gênero nos mecanismos financiados, incluindo poder de voto.

Recomendações para fundos territoriais

- Institucionalizar a representação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão (conselhos, comitês, comissões), com funções claras e influência sobre a alocação.
- Criar espaços dedicados (por exemplo, conselhos ou departamentos de mulheres) vinculados à governança central, e não estruturas paralelas.
- Garantir a transparência nas decisões de alocação para mitigar desequilíbrios de poder internos.

4.2 Acesso, Procedimentos e Carga de Trabalho

Recomendações para os doadores

- Substituir sistemas complexos baseados em propostas por modalidades de acesso diversificadas (por exemplo, seleção direta, concessões, editais reversos).
- Reduzir os requisitos de prestação de contas e conformidade aos elementos essenciais, permitindo formatos alternativos alinhados com as realidades territoriais.
- Permitir o acesso direto por organizações sem status jurídico formal, através de acordos fiduciários adaptados.

Recomendações para fundos territoriais

- Manter processos de seleção simplificados, explicitamente direcionados a povos indígenas e comunidades locais (formatos curtos, notas conceituais, apresentações orais ou baseadas na comunidade).
- Reduzir os encargos administrativos para os beneficiários, incluindo a assunção da gestão financeira quando necessário.
- Combinar o acesso simplificado com o acompanhamento para garantir a inclusão sem sobrecarregar as organizações lideradas por mulheres.



4.3 Alocação de Recursos com Perspectiva de Gênero e Elaboração de Financiamentos

Recomendações para os doadores

- Passar da integração da perspectiva de gênero para a alocação explícita: reservar porcentagens mínimas para mulheres de PIs e CLs.
- Exigir o gênero como critério operacional na concepção do financiamento (seleção, avaliação e monitoramento).
- Financiar linhas de trabalho dedicadas focadas na liderança das mulheres, e não apenas componentes de gênero dentro de projetos mais amplos.

Recomendações para os fundos territoriais

- Estabelecer metas explícitas de alocação de recursos com perspectiva de gênero nas carteiras de projetos.
- Incluir a equidade de gênero como critério de seleção para priorizar iniciativas lideradas por mulheres.
- Definir linhas temáticas específicas (por exemplo, papéis econômicos das mulheres, liderança, governança territorial) para estruturar os fluxos de financiamento.

4.4 Apoio Técnico e Fortalecimento Institucional

Recomendações para os doadores

- Fornecer financiamento de longo prazo e flexível para o desenvolvimento institucional, e não apenas para a execução de projetos, especialmente para organizações de mulheres.
- Financiar o apoio técnico como componente integral do financiamento (elaboração de propostas, gestão financeira, monitoramento).

Recomendações para fundos territoriais

- Combinar o financiamento com acompanhamento técnico contínuo (antes, durante e após a alocação).
- Investir em capacidades técnicas internas (sistemas financeiros, monitoramento, governança).
- Priorizar o apoio a organizações lideradas por mulheres para fortalecer progressivamente sua capacidade institucional.

4.5 Relevância cultural e sistemas de conhecimento

Recomendações para os doadores

- Aceitar formatos não padronizados de conhecimento, relatórios e impacto (oral, coletivo, narrativo).
- Adaptar cronogramas e estruturas de avaliação às temporalidades e aos processos de tomada de decisão dos povos indígenas e das comunidades locais.
- Reconhecer o conhecimento territorial como evidência válida para decisões de financiamento.

Recomendações para fundos territoriais

- Utilizar sistemas de prestação de contas baseados na comunidade, fundamentados nas práticas de governança existentes.
- Integrar o conhecimento tradicional na concepção, monitoramento e avaliação de projetos.
- Apoiar iniciativas que reflitam os papéis das mulheres na articulação das dimensões ambiental, social e cultural.



4.6 Abordando o trabalho não remunerado e as desigualdades estruturais

Recomendações para os doadores

- Reconhecer e cobrir os custos reais da participação, incluindo trabalho administrativo, coordenação e responsabilidades de cuidados.
- Evitar transferir os encargos de conformidade para as organizações beneficiárias sem os recursos correspondentes.

Recomendações para os fundos territoriais

- Reduzir os requisitos administrativos no nível comunitário sempre que possível.
- Elaborar processos de financiamento que levem em conta as limitações de tempo e as múltiplas responsabilidades das mulheres.
- Priorizar modalidades que permitam às mulheres participar sem carga de trabalho adicional não remunerada.

4.8 Arquitetura Financeira e Sustentabilidade de Longo Prazo

Recomendações para os doadores

- Investir em mecanismos financeiros liderados por povos indígenas e comunidades locais como componentes centrais da arquitetura de financiamento climático, priorizando iniciativas de mulheres
- Passar do financiamento de projetos de curto prazo para parcerias plurianuais com fundos territoriais e organizações de mulheres.

Recomendações para fundos territoriais

- Fortalecer a autonomia financeira por meio de fontes de financiamento diversificadas.
- Desenvolver estratégias de longo prazo (fundos de reserva, doações, sustentabilidade institucional).
- Fortalecer alianças entre fundos territoriais para ampliar a influência e a coordenação, em plataformas como a Shandia.

4.7 Risco, Proteção e Condições Favoráveis

Recomendações para os doadores

- Integrar medidas de risco e proteção na concepção do financiamento, incluindo salvaguardas contra a violência de gênero.
- Financiar iniciativas que fortaleçam a proteção de defensores e mulheres líderes.
- Evitar expor as organizações de mulheres a riscos adicionais por meio de requisitos de visibilidade ou prestação de contas.

Recomendações para fundos territoriais

- Desenvolver políticas internas sobre discriminação, assédio e proteção.
- Integrar a prevenção da violência de gênero nas iniciativas financiadas, quando relevante.
- Criar condições seguras de participação para as mulheres nos processos de governança e implementação.
- Criar fundos de emergência para proteger mulheres líderes em situações de risco (criminalização, perseguição política e violência de gênero)



Agradecimentos

Este estudo não teria sido possível sem as valiosas contribuições, o conhecimento e o compromisso das mulheres líderes de Povos Indígenas e de Comunidades Locais, dos fundos territoriais e dos parceiros técnicos de toda a Aliança Global das Comunidades Territoriais (GATC).

Expressamos nossa mais profunda gratidão às mulheres líderes que generosamente compartilharam suas experiências, perspectivas e trajetórias de liderança, enriquecendo este estudo com suas vozes e insights:

- Aissatou Oumarou
- Devi Anggraini
- Cristiane Pankararu
- Sara Omi Casama
- Marisol García Apagüeño

Agradecemos também sinceramente aos fundos territoriais que participaram deste estudo e compartilharam suas experiências na promoção das prioridades dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais por meio do financiamento direto e da governança territorial:

- Fundo Rutî
- IPAS
- Fundo Podáali
- Fundo REPALEAC
- Fundo Territorial Mesoamericano (FTM)
- Jaguatá
- Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN)
- Amazonia pela Vida
- Fundo Nusantara

Sua abertura, reflexões e experiências práticas foram fundamentais para moldar as conclusões e recomendações apresentadas neste relatório.

Um reconhecimento especial à equipe técnica, cuja expertise, comprometimento e liderança colaborativa foram fundamentais para tornar este estudo possível. Estendemos nossos sinceros agradecimentos às consultoras técnicas — Carmela Zigoni, Diana Araujo Santos e Tatiana Oliveira — por sua pesquisa rigorosa, análise criteriosa e orientação valiosa ao longo de todo o processo.

Também somos profundamente gratos a Leila Sarai-va, ex-coordenadora da Shandia, por sua liderança e coordenação, e a Gloria Díaz, ex-coordenadora do Movimento de Mulheres da GATC, por sua dedicação e compromisso inabalável em garantir que as vozes, experiências e prioridades das mulheres de povos indígenas e de comunidades locais permanecessem no centro deste estudo. Suas contribuições ajudaram a moldar um processo baseado na inclusão, no respeito e no reconhecimento das mulheres de povos indígenas e de comunidades locais como líderes, detentoras de conhecimento e agentes de mudança em todos os territórios.

A todos que contribuíram com seu tempo, conhecimento e empenho, oferecemos nossa sincera gratidão. Este estudo reflete um esforço coletivo para fortalecer a liderança das mulheres de povos indígenas e de comunidades locais e promover soluções de financiamento lideradas pelas comunidades que apoiem os direitos, as prioridades e o desenvolvimento autodeterminado dos povos indígenas e das comunidades locais em todo o mundo.





**Global
Alliance**
of Territorial
Communities

www.globalalliance.me

   [globalalliancet](#)